



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
			Não auditado			Não auditado
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.124	2.153	11	7.217	1.570
Impostos e contribuições sociais	5	840	3.647	5	2.021	104
Despesas pagas antecipadamente		2		12	296	
Outros créditos	8	277	367		1.180	13
				14	3.324	15.300
				8	130	18
		5.243	6.167		14.168	17.005
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	5	13.773		6	2.169	
		13.773		12	298.540	55.038
				7	28	5.605
Imobilizado	9	456.264	100.783	13	95.000	29.000
Intangível	10	40.183	39.047	14	3.605	7.325
		496.447	139.830		399.342	96.968
Total do ativo		515.463	145.997		515.463	145.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.822	(391)	1.431
Aumento de capital - AGE 18/03/2011	14.668		14.668
Aumento de capital - AGE 09/08/2011	7.211		7.211
Aumento de capital - AGE 01/09/2011	1.704		1.704
Aumento de capital - AGE 19/09/2011	7.571		7.571
Prejuízo do exercício		(561)	(561)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	32.976	(952)	32.024
Ajuste de exercícios anteriores			
Aumento de capital - AGOE 09/04/2012	29.000		29.000
Aumento de capital - AGE 19/10/2012	49.300		49.300
Prejuízo do exercício		(8.371)	(8.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	111.276	(9.323)	101.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011	2012	2011
		Não auditado		Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.202)	(561)	(14.294)	(2.520)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	338	(337.412)	(77.668)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	635		(337.412)	(104.587)
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(82)			
Outros	(5.636)	(197)		
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	(13.773)	(3.647)	353.677	109.079
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2)	(356)		
Despesas pagas antecipadamente	90	(4.003)		
Outros ativos operacionais				
Aumento (diminuição) de passivos operacionais	5.647	1.559	1.971	1.972
Fornecedores	4.724	90		
Outros tributos e contribuições sociais	1.167	13	4.124	2.153
Obrigações estimadas com pessoal	(6.623)			
Provisões	112	18	2.153	181
Outros passivos operacionais	5.027	1.680	1.971	1.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da Companhia Energética do Jari - CEJA (CEJA), Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, que tem por objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari) e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam no todo ou em parte ser vinculadas ao seu propósito específico. Em 15 de junho de 2011, a CEJA, adquiriu a totalidade das ações da ECE, Companhia que pertencia aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da UHE Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

A participação remanescente de 10% no Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia (atual CEJA), pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da ECE, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Jari.

1.1 Concessões

A Companhia detém o direito de concessão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado PA/AP	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MwM)	Concessão	
				Início	Término
Santo Antônio do Jari		373,4	217,7	21/12/1987	31/12/2044

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder

Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MwM (Casa de Força Principal 214,5 MwM e Casa de Força Secundária 3,2 MwM).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
			Não auditado
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo de operação			
Pessoal		(3.064)	(134)
Materiais e serviços de terceiros		(2.011)	(330)
Outros custos de operação		(467)	(68)
	16	(5.542)	(532)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro bruto	16	(5.542)	(532)
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		392	
	16	392	
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	16	(5.150)	(532)
Despesas financeiras		(1.052)	(29)
Resultado financeiro	17	(1.052)	(29)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(2.169)	
		(2.169)	
Resultado líquido do exercício		(8.371)	(561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Não auditado
Resultado líquido do exercício	(8.371)	(561)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	(8.371)	(561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Não auditado
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	337.412	81.090
Outras receitas	19.597	1.462
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(334.890)	(80.353)
Materiais	(42.066)	(1.146)
Serviços de terceiros	(272.185)	(76.931)
Outros custos operacionais	(20.639)	(2.276)
Valor adicionado bruto	22.119	2.199
Valor adicionado líquido produzido	22.119	2.199
Valor adicionado total a distribuir	22.119	2.199
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.519	1.213
Benefícios	643	14
FGTS	343	7
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.245	27
Estaduais	91	3
Municipais		
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	20.257	1.491
Aluguéis	392	5
	30.490	2.760
Prejuízos	(8.371)	(561)
	22.119	2.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento, conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) Intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - outros. Os seguintes critérios são aplicados:

- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e avaliados anualmente para fins de imparidade.

- Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

d) Licenças Ambientais (Notas 9 e 14)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custos das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro
São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Contraprestação contingente (Nota 14)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Instrumentos financeiros (Nota 19)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem Caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente

atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

m) Capital social (Nota 15)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis, por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros, recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos a licenças ambientais e contraprestação contingente.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 6)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

p) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações no exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do balanço patrimonial

Reclassificação no valor de R\$3.566 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - o).

2.4.2 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$81.090, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$79.961 (R\$1.123 referente a Materiais, R\$76.624 referente a Serviços de terceiros e R\$2.214 referente a Outros custos operacionais) e R\$1.129 referente a Pessoal do grupo Distribuição do valor adicionado. Reclassificação dos Juros Capitalizados de Outras Receitas, para Remuneração de capitais de terceiros - Juros no valor de R\$1.462.

2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa

Reclassificação de Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP no valor de R\$26, para Outros.

Reclassificação de Alienações (aquisições) de ações em tesouraria no valor de R\$26.919 para as Baixas (adições) ao investimento.

Evento do exercício

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	4.124	2.153
Total	4.124	2.153

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2012
Não auditado				
Ativo -				
Compensáveis				
PIS e COFINS		13.773		13.773
ISS	3.647		(2.807)	840
Total	3.647	13.773	(2.807)	14.613
Circulante	3.647			840
Não circulante				13.773
	3.647			14.613

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Comentários	Saldo em 31/12/2012
Não auditado				
Passivo - a recolher				
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	2.316	(1.746)	571
ISS	1	4.459	(674)	979
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	42	1.011	(936)	117
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	30	499	(437)	92
Outros	30	1.877	(1.645)	262
Total	104	10.162	(5.438)	(2.807)
Circulante	104			2.021
Não circulante				2.021

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Comentários	Saldo em 31/12/2012
Não auditado				
6 Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.				
A Companhia não reconheceu ativos de impostos no valor de R\$4.355 em 31 de dezembro de 2012 (R\$187 em 31 de dezembro de 2011) com relação a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$12.808 (R\$549 em 31 de dezembro de 2011), que podem ser compensados com lucro tributável futuro.				

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	Passivo Não Circulante			Resultado
	31/12/2012			2012
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT				
Imobilizado em serviços - Intangíveis	2.720	980	3.700	(3.700)
Licenças ambientais - CPC 25	(1.126)	(405)	(1.531)	1.531
Total diferenças temporárias - RTT	1.594	575	2.169	(2.169)
Total Passivos Diferidos	1.594	575	2.169	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos				(2.169)

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contra-parte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
				Não auditado		Não auditado	
Partes relacionadas							
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	CEJA	15/12/2011		3.747		(3.747)	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011		1.858		(1.858)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011 a 31/12/2014	01/01/2011 31/12/2014	15		(165)	
Compartilhamento de gastos com pessoal	CEJA	31/12/2012		8			
Compartilhamento de gastos com pessoal	Energest	30/09/2012		5			
Total				28	5.605	(165)	(5.605)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Companhia Energética do Jari - CEJA e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

7.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2 (*)
Remuneração fixa	676.821
Salário ou pró-labore	528.766
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a
Encargos sociais	148.055
Valor Total da remuneração, por órgão	676.821

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 3 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados. A remuneração anual global para a Administração é de até R\$ 1.200.000,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

7.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Valor da maior remuneração individual	402.379
Valor da menor remuneração individual	274.442
Valor médio da remuneração individual	338.410

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011				
									Encargos		Total	Encargos		Total		
									Circulante	Principal	Total	Circulante	Principal	Total		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	360.000	26/10/2011	246.900	26/10/2011 a 13/10/2013	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	109% do CDI	Principal e juros em parcela única no final.				338	54.700	55.038			
BNDDES	736.807	13/12/2012	300.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	296	300.000	300.296						
(-) BNDDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031							(1.460)	(1.460)				
Total								296	298.540	298.836	338	54.700	55.038			

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
		45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540
	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540

Em 2012 ocorreram liberações no curto prazo no valor de R\$45.000, referente ao contrato Capital de Giro junto ao Banco do Brasil da Companhia, devido seu vencimento em outubro de 2013. Em outubro de 2012 foi transferido para o curto prazo o montante de R\$252.911 e liquidado antecipadamente em dezembro de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):	
	Tipo de moeda
	Nacional
Vencimento	
Circulante	
2013	296
	296
Não circulante	
2015	10.502
2016	18.622
2017	18.630
2018	18.639
2019 até 2023	93.323
2024 até 2028	93.511
2029 até 2032	45.313
	298.540
Total	298.836

13 Adiantamento para futuro aumento de capital		
	Passivo	
	Não circulante	
	31/12/2012	
	31/12/2011	
	Não auditado	
Companhia Energética do Jari - CEJA	95.000	29.000
Total	95.000	29.000

Em 18 de outubro de 2011 a ECE recebeu um Adiantamento para futuro aumento de capital da CEJA no valor de R\$1.000, e em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado outro AFAC no montante de R\$28.000.

13.1 Movimentação do AFAC	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	29.000
Integralização de capital - AGOE 09/04/2012	(29.000)
AFAC - CEJA x ECE	5.300
AFAC - CEJA x ECE	44.000
Integralização de capital - AGE 19/10/2012	(49.300)
AFAC - CEJA x ECE	95.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.000

Em 09 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, CEJA, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$29.000 vide nota 15.1.

Em 19 de outubro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, CEJA, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$49.300 vide nota 15.1.

14 Provisões				
	Circulante	Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Não auditado		Não auditado	
Licenças ambientais	897	3.165	3.605	7.325
Contraprestação contingente	2.427	12.135		
Total	3.324	15.300	3.605	7.325

14.1 Licenças Ambientais
O montante de R\$4.502 em 31 de dezembro de 2012, refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14.2 Contraprestação contingente
Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro de 2011 foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam a Jari Energética S.A. e foi acordada entre as partes uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (expropriatória), até 31 de dezembro de 2012 foram pagos pela ECE o montante de R\$9.626, referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência instalada da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI, permanecendo em aberto o montante de R\$2.427 que será pago mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota (DIFAL) devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional, objeto do Convênio ICMS nº 53/01.

15 Patrimônio líquido
15.1 Capital social
O Capital Social da Companhia subscrito em 31 de dezembro de 2012 é de R\$361.647, sendo que o capital integralizado é de R\$111.276 representado por 217.003.125 ações ordinárias parcialmente integralizadas, e 18.545.208 ações preferenciais totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.
O capital social em 31 de dezembro de 2011 era de R\$32.976 e estava representado por 18.545.208 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, sem valor nominal, sendo integralizadas 15.248.758 ações ordinárias e 17.726.788 ações preferencias, integralmente detidas pela CEJA.

16 Gastos operacionais		2012		2011	
	Custo do serviço de operação	Despesas operacionais	Total	Total	Não auditado
	Outras				
Gerenciáveis					
Pessoal,					
Administradores e					
Entidade de					
previdência privada	3.064		3.064	134	
Material	413		413	23	
Serviços de terceiros	1.598		1.598	307	
Aluguéis e					
arrendamentos	392		392	5	
Outras	75	(392)	(317)	63	
Total	5.542	(392)	5.150	532	

17 Resultado financeiro		2012		2011	
					Não auditado
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas			(19.305)	(1.462)	
Variações monetárias moeda nacional			(309)	(26)	
Atualização monetária de licenças ambientais			(635)		
(-) Juros capitalizados			19.205	1.462	
Outras despesas financeiras			(8)	(3)	
Total			(1.052)	(29)	

18 Imposto de renda e contribuição social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
	Não auditado		Não auditado		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(6.202)	(561)	(6.202)	(561)	
Alíquota	25%	25%	9%	9%	
IRPJ e CSLL	1.551	140	558	50	
Ajustes para refletir a alíquota efetiva					
Doações		3		1	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecido	(3.051)	(143)	(1.227)	(51)	
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.500)	-	(669)	-	
Alíquota efetiva	-24,19%		-10,79%		

19 Instrumentos financeiros
Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e alterações posteriores, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

19.1 Considerações gerais
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.2 Valor justo
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Não auditado		Não auditado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	2.153	4.124	2.153
	4.124	2.153	4.124	2.153
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.217	1.570	7.217	1.570
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	296		296	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	300.000	55.969	298.540	55.038
Partes relacionadas	28	5.605	28	5.605
	307.541	63.144	306.081	62.213

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de transferências de ativos entre a Companhia e a Energest e a CEJA, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	2.153	4.124	2.153
	4.124	2.153	4.124	2.153
Passivos financeiros				
Fornecedores	7.217	1.570	7.217	1.570
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	298.836	55.038	298.836	55.038
Partes relacionadas	28	5.605	28	5.605
	306.081	62.213	306.081	62.213

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2012	Mercados idênticos
	Nível 1	
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	4.124
	4.124	4.124

19.3 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES (risco TJLP). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

19.4 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(23.066) (23.066)	(91.991) (91.991)	(115.057) (115.057)	(168.374) (168.374)	(30.843) (30.843)	(61.687) (61.687)	30.843 30.843

As curvas futuras dos indicadores financeiros TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP entre 5,00% e 5,50%.

19.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e liberados pela Companhia são apresentados na nota 12. Contratados e liberados.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

19.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões,

datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(23.066) (23.066)	(91.991) (91.991)	(115.057) (115.057)	(168.374) (168.374)	(30.843) (30.843)	(61.687) (61.687)	30.843 30.843

contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Usinas	731.323
Responsabilidade civil	50.000
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	7.878

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos representados por passivos de curto prazo e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	12	298.836	296	29.124	55.917	213.499
Responsabilidades com locações operacionais		16	8	8		
Obrigações de compra		132.503	77.182	55.321		
Contraprestação contingente	14	2.427	2.427			
Licenças ambientais	14	4.502	897	3.605		
		438.284	80.810	88.058	55.917	213.499

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

ECE Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da ECE Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
		Não auditado
Aval de acionista		55.038
Fiança corporativa	300.296	
Penhor de ações	111.276	
Seguro garantia	56.912	
Penhor de direitos	300.296	

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, referia-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, Empréstimo-Ponte com o Banco do Brasil que encontra-se totalmente liquidado na data-base de 31 de dezembro de 2012.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, em sua totalidade, refere-se a Outros (Garantia Executante Construtor).

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da ECE, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou aumento de capital por meio de integralização de AFAC no valor de R\$78.300 e capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$19.205, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

23 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$17.298 (R\$3.022 até 31 de dezembro de 2011), sendo este montante capitalizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

